



ENTRE O QUARTEL E A TRIBUNA: UMA ANÁLISE DO PRIMEIRO MANDATO DE LAURO SODRÉ NO SENADO FEDERAL (1897-1902)

Alan Christian de Souza Santos

IFPA

alan.christian@ifpa.edu.br

Nos últimos anos a sociedade brasileira vem sendo instigada a repensar o espaço que historicamente as forças armadas procuraram ocupar dentro do campo político republicano. Esta reflexão parece apontar, inevitavelmente, para a Primeira República (1889-1930) como lugar de fabricação das tensões entre civis e militares em torno das disputas pelo poder. Neste sentido, o presente trabalho pretende revisitar o tema partir da chegada e atuação de Lauro Sodré (1858-1944) no Senado Federal.

O militar e político paraense foi conduzido ao posto senatorial pela primeira vez em 1897 e, a partir daí, acumulou reeleições até 1930. Ao longo desse tempo ele conseguiu, inclusive, a façanha de furar a bolha oligárquica do Rio de Janeiro e se eleger pelo Distrito Federal na legislatura de 1903. Episódio este que só pode ser compreendido levando-se em conta a representatividade alcançada pelo senador Sodré ao longo de seu primeiro mandato (1897-1902), do qual pretendo aqui me ocupar mais diretamente.

As observações preliminares sugerem que já neste instante Lauro Sodré conseguiu alcançar relativo prestígio no cenário político nacional na medida em que se mostrava como entusiasta do ideal de “soldado-cidadão”, anunciado anos antes por seu mestre Benjamim Constant. Dessa forma, a intenção aqui é demonstrar quais pautas o senador Sodré defendia na tribuna, a quem buscava representar com seu mandato e a receptividade que suas ideias tiveram na época de sua atuação¹.

Para o recorte proposto, utilizo como base documental os Anais do Senado Federal e alguns jornais de grande circulação na capital da República e na capital do Pará. Acredito que Lauro Sodré possa ser pensado como figura chave do processo de aproximação e vinculação das forças armadas e, fundamentalmente, do Exército, com o mundo político. Por esta via, analisar o tipo de sociedade que o político paraense se mostrou interessado em construir ao longo de seus

¹ Esta reflexão é fruto de uma pesquisa mais ampla sobre a trajetória política de Lauro Sodré, onde desenvolvo a tese que ele performava politicamente como senador militar, apresentando-o como figura de trânsito entre o executivo paraense e o legislativo federal e entre o campo político paraense e o fluminense. C.f.: SANTOS, 2020.



primeiros anos de carreira senatorial pode ser um caminho interessante para se entender mais acerca dos laços constituídos entre a sociedade civil e os setores militares.

A trajetória de Lauro Sodré até o Senado Federal

Em fevereiro de 1897, Lauro Sodré concluiu seu mandato de governador do Pará. Catedrático da Escola Militar que era, no mês seguinte embarcou para o Rio de Janeiro a fim de se reapresentar ao Exército. Nesse período, o major Antonio Baena, eleito vice-governador do Pará, renunciou seu assento no Senado Federal e, após eleição suplementar realizada em junho do mesmo ano, Lauro Sodré assumiu o seu lugar, juntando-se assim a Justo Chermont e Manoel Barata na representação paraense da Câmara Alta.

O nome de Lauro Sodré foi progressivamente se tornando conhecido e popular entre os moradores de Belém e do estado. Ainda em 1870, como estudante secundarista do *Liceu Paraense*, ele colecionou elogios e distinções públicas por conta de seu desempenho nos exames escolares (JORNAL DO PARÁ, 09/01/1876, p.2). Além disso, começou também a exercer papel de liderança entre os jovens de tendência liberal da capital paraense e a fazer as suas primeiras contribuições na imprensa por meio do jornal literário e estudantil *A Esperança*.

A postura intelectual e os laços de sociabilidade política fariam de Lauro Sodré um dos expoentes da geração intelectual paraense de 1870 ao lado de nomes como José Veríssimo, Ciríaco Alves da Cunha, Serzedelo Correa e Ignácio Moura. Em geral, jovens paraenses que se viram compelidos a buscar os cursos superiores em outras capitais brasileiras e, após este momento, se notabilizaram no campo intelectual e político.

Neste sentido, é importante recordar que a formação educacional no século XIX servia como treinamento e homogeneização ideológica para implantação de modelos políticos que se pretendiam dominantes e, ao mesmo tempo, para redução de conflitos intra-elites na medida em que instituíam o compromisso de uma modernização conservadora (CARVALHO, 2007, p.35).

Ao mesmo tempo em que concluía o ensino secundarista, Sodré experimentou período de intensa proximidade de seu “primo irmão”, como costumava dizer, o advogado Samuel Wallace Mac-Dowell, então membro do Partido Liberal. O futuro deputado provincial, deputado geral, ministro e conselheiro do imperador, era 15 anos mais velho que Sodré e foi uma de suas primeiras influências intelectuais. Lauro Sodré chegou a auxiliar Mac-Dowell no escritório de advocacia e



a colaborar no jornal de sua propriedade, *A Regeneração*. Não por acaso, o jovem estudante passou a mostrar grande interesse pelos estudos jurídicos.

Entretanto, não tendo recursos para ingressar em uma das faculdades de Direito existentes na época, ao concluir o curso de Humanidades do Liceu Paraense, em 1876, Lauro Sodré optou por assentar praça no 4º Batalhão de Artilharia a Pé, no Pará, rumo ao Batalhão de Engenheiros, no Rio de Janeiro, a fim de dar continuidade nos estudos na famosa Escola Militar do Brasil, localizada no entorno da Praia Vermelha.

A colocação no meio militar, contudo, implicava em um processo de constituição de um *habitus* institucional específico, marcado por conteúdos, símbolos e práticas através das quais os militares se reconheciam, orientavam e se relacionavam entre si e com o restante da sociedade.

Em linhas gerais, esse *habitus* passava diretamente pelo convívio intenso e prolongado no “Tabernáculo da Ciência”, como a Escola Militar era chamada pelos estudantes que viviam em regime de internato e compartilhavam de atividades, lazes e grêmios estudantis. Outro traço relevante desse “espírito de corpo” era a ênfase na separação do mundo civil. A própria referência a ideia de um tabernáculo sugere a ideia de que nem todos tinham condições de estar ali, vivenciando a rigidez da disciplina militar e assimilando os conhecimentos científicos que a instituição tinha para a oferecer. Essa supervalorização do mérito e a predominância da mentalidade cientificista formaram, segundo Celso Castro, a base da chamada “mocidade militar” que se mostraria influente na implantação da República (2013, pp.22-30).

É de pleno conhecimento historiográfico que o contato de Lauro Sodré com o Benjamin Constant na Escola Militar ajudou a solidificar a base de pensamento cientificista e positivista do jovem paraense. Não se tratando, neste último caso, de um positivismo ortodoxo, como ele mais de uma vez faria questão de ressaltar em suas produções textuais, ainda que estivesse comprometido com as teses centrais da doutrina de Comte. Na sua perspectiva filosófica, apreendida do renomado professor militar, cabia espaço para a reflexão individual e para a crítica aos exageros da ortodoxia (LEMOS, 1999).

Lauro Sodré ajudou a fundar o Clube Acadêmico Positivista e, ainda em 1878, passou a colaborar com artigos e, em seguida, com a edição da *Revista da Sociedade Phenix Litterária*, uma publicação atrelada à mocidade militar do Rio de Janeiro e onde constam as suas primeiras incursões escritas sobre o positivismo. A filosofia positivista deu a Sodré perspectiva teórica e o fôlego discursivo através do qual ele passou a interpretar os acontecimentos sociais, a carreira militar e o cenário político brasileiro.

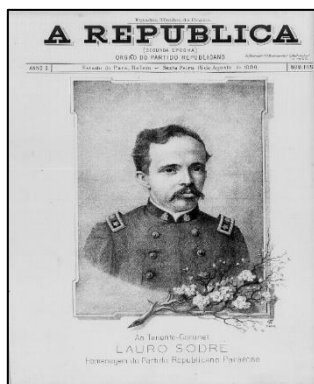
Em 1883, aos 25 anos de idade, foi declarado concluinte do curso de engenharia militar e em 1884 promovido ao posto de 1º tenente, sendo classificado no 4º Batalhão de Infantaria. De



volta ao Pará em um momento de recrudescimento da campanha abolicionista e republicana, Lauro Sodré foi paulatinamente ligando o seu nome aos movimentos de contestação política, sobretudo em favor da República.

Manoel Barata, um de seus contemporâneos na crítica ao regime imperial, o reputou como um dos responsáveis pela elaboração dos estatutos do Clube Republicano do Pará, criado em 11 de abril de 1886, um dos redatores do jornal *A República*, lançado também em 1886, e, por conseguinte, um dos organizadores do Partido Republicano do Pará (1973, p.344-349). Já Octávio Meira o distinguiu como alguém de “inteligência vivíssima”, o “mais capaz de todos os republicanos históricos do Pará” e, por isso mesmo, o “verdadeiro apóstolo das ideias novas” (MEIRA, 1981, p.72).

Imagem 1 - Retrato de Lauro Sodré em homenagem do P.R.P



Fonte: *A República*. Belém, 15 de agosto de 1890. Capa.

William Farias observou que Lauro Sodré (*Imagem 1*), bem como Serzedello Corrêa, os dois jovens paraenses da Escola Militar, homenageados nas páginas de *A República* pela contribuição à causa vitoriosa, foram costumeiramente retratados de farda, possivelmente como forma de chamar atenção para o papel do Exército na Proclamação da República e de desfrutar do capital político obtido pelos militares naquele momento (2016, p.28-32).

Não obstante, a chegada do regime republicano significou para Lauro Sodré alguma coisa de ascensão social. Entre 1889 e 1891, ele foi promovido à capitão e logo em seguida chegou ao posto de major, se tornou professor catedrático da Escola Militar, secretário de Benjamin Constant no Ministério da Guerra e depois no Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, nomeado lente substituto na Escola Superior de Guerra.

Em seguida, foi escolhido como deputado da Assembleia Constituinte pelo Pará e integrou a Comissão dos 21 constituintes encarregados de redigir a nova carta magna da nação, tornando-se responsável por seis emendas incorporadas à redação final do documento. Sendo elas:

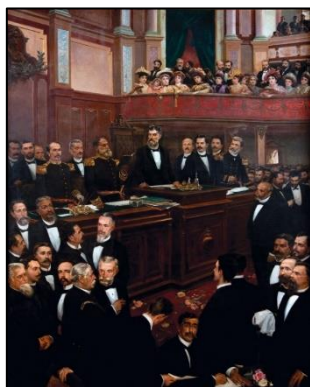


competência exclusiva dos estados para decretar impostos [art.8, inciso 4º], distribuição da taxa de selos entre a União e os Estados [art.9, inciso 1º], autonomia dos Estados [art.63], domínio destes sobre os próprios nacionais que não fossem necessários aos serviços da União [art.64], autonomia dos municípios [art.68], único caso de aposentadoria por invalidez ao serviço da nação [art.75] (SODRÉ, 1970, p.51).

Na famosa tela produzida por Aurélio de Figueiredo, em 1896, para eternizar o ato de juramento constitucional de 1891, é possível vê-lo representado no lado inferior esquerdo da obra, entre congressistas já grisalhos, como se estivesse retribuindo o olhar de quem lhe observa (*Imagem 2*).

Para além de ter sido pintado como foi, importa o próprio fato de estar ali, na representação e invenção da memória republicana, em trajes civis, em meio ao seletivo grupo de políticos e militares responsáveis pela elaboração da carta magna brasileira. A tela de Figueiredo assinala, simbolicamente, a transição de Lauro Sodré do meio militar para o político e o protagonismo nacional que ele seria capaz de reivindicar ao longo de sua trajetória pública.

Imagem 2 - Compromisso Constitucional, 1891, tela de Aurélio de Figueiredo



Fonte: MUSEU DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/galeria-3.jpg>. Acesso em: 12/06/2018.

Em meio a esta rápida ascensão político-militar, em 1891, quando contava com 33 anos, Sodré foi ainda eleito indiretamente para o posto de primeiro governador constitucional do Pará. Elogiado por uns (MENDONÇA, 1897), pela preocupação com os campos da instrução e da cultura, criticado por outros (BORGES, 1983), por reformas administrativas questionáveis e obras inacabadas.

O posicionamento de Lauro Sodré na política federal coincidiu com o instante de reorganização do sistema oligárquico. Com a divisão do *Partido Republicano Federal* (PRF) em



torno da questão da fidelidade ao presidente Prudente de Moraes, surgiram os dois grandes grupos que durante a virada do século XIX para o XX disputaram ferrenhamente o controle político do Pará. Os *lauristas*, correligionários de Sodré, permaneceram no PRF e assumiram postura de oposição. Os *lemistas*, liderados pelo senador estadual e intendente de Belém Antonio Lemos, se abrigaram no *Partido Republicano Paraense* (PRP) e investiram mais diretamente no jogo de alianças que tornava possível a continuidade no poder.

Foi em meio a este cenário que Sodré chegou ao Senado Federal. Lá, mesmo sem a sonhada formação em Direito, ele encontrou oportunidade de desenvolver uma atuação ligada ao universo das leis e dos assuntos jurídicos. Mas, colocando-se sempre a partir de sua identidade militar, de suas convicções filosóficas e de um indisfarçado gosto pelo poder.

As pautas do senador militar

Em 25 de agosto de 1897, aos 39 anos, Lauro Sodré foi recebido por uma comissão formada por Pinheiro Machado (RS), Gomes de Castro (MA) e Manoel Barata (PA) no famoso *Palácio Conde dos Arcos*, também chamado de *Palácio do Congresso*, onde funcionava o Senado Federal. Prestou o compromisso constitucional e se tornou oficialmente representante do Pará na casa parlamentar. Conforme a regra, os mandatos senatoriais eram de 9 anos e renovavam-se pelo terço trienal. No entanto, como Sodré fora eleito em substituição a Antonio Baena, teve ao seu dispor apenas o tempo que restava ao então ex-senador, isto é, 6 anos aproximadamente.

Gilberto Freyre lembra que ser senador da República no Brasil do final do século XIX e início do XX era uma das situações sociais e políticas de maior destaque, perdendo apenas para a posição de presidente e vice-presidente da República, e, talvez, dos ministros de Estado e do ministro do Supremo Tribunal Federal, por conta de sua respeitabilidade (2013, p.40).

Desta forma, é possível afirmar que, ao assumir a vaga no Senado, Lauro Sodré conseguiu posicionar-se entre os representantes da elite política nacional, aqui pensada como o conjunto de pessoas que detinham posições formais de poder no Executivo e Legislativo federal. A partir disso, dispôs de poder, influência e privilégios inerentes ao seu cargo e inacessíveis ao restante da população.

A partir da análise dos *Anais do Senado* no período relativo a 1897 e 1902 foi possível identificar 33 participações de Lauro Sodré em sessões da Câmara Alta. O quadro amostral deixa de considerar os apartes, isto é, as pequenas intervenções e ponderações de Sodré em discursos ou debates colocados por terceiros e leva em conta apenas os temas ou proposições que foram oferecidos diretamente por ele. Apesar de não ser um retrato fiel da realidade, o quadro me parece



ser um instrumento seguro para entender a quem Sodré buscava representar com o seu mandato, quais os temas que privilegiava no debate e como as suas ideias eram exercitadas na tribuna².

Os dados sugerem que os dois primeiros anos de atuação de Lauro Sodré no Senado foram relativamente discretos. Foram identificadas apenas 3 participações em 1897 e 6 em 1898. Dessas 9 referências, 3 tratavam de questões militares, 2 de questões de fronteiras e as demais pautas se mostravam diversificadas. Em 1899, Lauro Sodré foi mais ativo na tribuna. A partir deste momento, alguns elementos começam a se repetir e indicar certo padrão em sua atuação. Das 10 referências, 6 estavam diretamente ligadas aos assuntos militares, mostrando uma predileção do senador por tais temas. As demais matérias diziam respeito à afastamentos do senador e questões administrativas da União.

Entre 1900 e 1902, os temas atrelados ao Exército continuam em pauta na agenda de Lauro Sodré, que, por outro lado, mostra uma maior preocupação com as fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa e a Bolívia. Em pelo menos 3 ocasiões Sodré se dirigiu à tribuna para tratar de tais assuntos e em outras duas 2 ocasiões se reportou diretamente à situação política do estado que representava.

De modo geral, durante o seu primeiro mandato enquanto senador, Lauro Sodré mais falou do que propôs. Foram 11 discursos, 6 requerimentos, 6 projetos, 5 emendas, 4 ofícios e 1 telegrama enviado do Pará em congratulação ao Senado pelas ações do Barão do Rio Branco. O número de discursos pode ser ainda maior se consideradas as falas introdutórias das proposições que ele submetia ao Senado, do qual se afastou em pelo menos 4 ocasiões. Geralmente para viajar e tratar de assuntos políticos no Pará.

O ato discursivo, embora premente na atuação parlamentar, não deve ser visto com tanta naturalidade. Espera-se que todos os parlamentares falem, mas nem todos efetivamente falam. E, quando falam, não falam do mesmo modo, operando os mesmos referenciais ou interesses. Neste sentido, falar mais do que propor sinaliza ponto importante. O convencimento pessoal de que Sodré acreditava ter algo a dizer para influir nos rumos do regime republicano. Não raro, tentava demonstrar a fundamentação de suas colocações fazendo referências a autores do campo da Sociologia e do Direito, nacionais e, sobretudo, estrangeiros.

² Quando afirmo que os dados amostrais não são um retrato fiel da realidade parlamentar quero indicar o que tantos outros historiadores já apontaram, isto é, que as fontes históricas são imprecisas e impõe limites às nossas narrativas. Neste sentido, é necessário pensar que os *Anais do Senado Federal* representam um esforço de síntese, produzido a partir de um trabalho de seleção, recorte, edição, melhoramento de temas, pessoas e situações vivenciadas dentro do parlamento, mas que em hipótese alguma significam a captura real, total, precisa de todas as circunstâncias e palavras engendradas entre os senadores. Estando, portanto, suscetível a erros e alterações propositais. Algo que o próprio Lauro Sodré indicou ao reclamar em plenário do serviço taquigráfico da casa, que em edição do *Diário do Congresso* atribuíra-lhe palavras que não seriam suas. C.f.: ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, v.1, p.315.



O número de discursos identificados na documentação coincide com o sugerido por Emmanuel Sodré em relação ao mesmo período (1970, p.100), embora haja ligeira discordância quanto a indicação de datas das sessões. Além disso, o autor deixa de tipificar as matérias apresentadas no Senado, considerando tudo como discurso³.

Em 1901, Lauro Sodré foi nomeado no meio do ano parlamentar para substituir o senador Porciuncula (RJ) na *Comissão de Finanças*. Essa foi a sua primeira experiência em uma comissão permanente do Senado. No ano de 1902 ele concorreu à uma vaga na *Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia*, na *Comissão de Finanças*, na *Comissão de Marinha e Guerra* e na *Comissão de Instrução Pública*, mas não foi eleito para nenhuma delas. Cenário este bem distinto ao de seu segundo mandato, quando conseguiu estrategicamente se colocar nas comissões permanentes.

Os *Anais do Senado* não indicam que Lauro Sodré, Justo Chermont e Manoel Barata, os representantes paraenses na Câmara Alta, tenham atuado em conjunto. Entre 1897 e 1902, não foram identificadas proposições assinadas ou defendidas pelos três senadores. Constam, quando muito, referências de apoio de um discretíssimo senador Barata a Sodré e o registro das discordâncias deste último com Chermont. Discordavam e disputavam em plenário a legitimidade histórica do movimento republicano paraense para os seus respectivos partidos. De modo que, na maior parte do tempo a bancada paraense encontrava-se tensionada e com seus agentes atuando de modo independente.

Na realidade, é importante destacar que nos estudos dedicados à compreensão do funcionamento do Parlamento na Primeira República, a bancada paraense não ocupava posição de maior destaque no Congresso Nacional. Em relação a domínio e influência das representações estaduais nas duas casas legislativas, costuma-se tradicionalmente seguir a hierarquia de três grandes grupos. O primeiro, formado por Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, seria comandado pelas oligarquias dominantes e marcado pela união interna de suas elites e ampla representatividade no Parlamento. No segundo, com Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, figuravam os estados médios e com alguma influência mais destacada no jogo político nacional.

³ Por “discurso”, deve-se entender a argumentação temática que não resultava em proposição específica, caracterizando-se mais por manifestação de opinião ou posicionamento pessoal do senador frente à determinado assunto; o “projeto de lei”, como o nome sugere, era a proposição apresentada pelo senador visando a criação de normativa legal, podendo ser redigida individual ou coletivamente; a “emenda” era a sugestão de adequação ou modificação feita em relação a algum “projeto de lei”; o “requerimento” era uma solicitação pontual que o senador fazia em relação ao Congresso Nacional ou mesmo aos poderes executivo e ou judiciário; o “ofício” tratava de comunicação eventual do senador aos seus pares; o “telegrama” era utilizado em caso da necessidade de comunicar ao Senado durante viagem.



O terceiro grupo, onde estaria o Pará, englobava todos os demais estados considerados pequenos e mais suscetíveis a intervenções do poder federal (VISCARDI, 2012, p.31-33).

Tal cenário, somado às divisões da política paraense e a alguns traços da personalidade do senador militar, fariam com que Lauro Sodré sustentasse na maior parte do tempo um posicionamento particular e independente em sua trajetória senatorial, comportamento este que apenas sofreria alteração quando o seu grupo chegou ao poder no Pará, em 1917.

A tribuna do Senado Federal ofereceu para Lauro Sodré um novo espaço para o exercício da intelectualidade e da cultura “bacharelesca” mediante a qual havia sido formado na Escola Militar (CASTRO, 2013, p.41).

Neste sentido, o primeiro discurso de Lauro Sodré na casa parlamentar ocorreu na sessão de 17 de setembro de 1897, quando era apreciado o projeto de lei acerca da fixação de forças de terra (Exército) para o ano seguinte. Matéria que, de acordo com a Constituição, tinha de ser pautada todos os anos a partir de proposição da Câmara dos Deputados. Ao longo do tempo, esse se tornaria um dos assuntos de predileção do representante paraense.

Nesta primeira ocasião, no entanto, o debate serviu para que Lauro Sodré se apresentasse aos seus pares. Falou enquanto militar e representante de sua classe. Mas, também como positivista. Defendeu o Exército como tradição de glória, honra e uma “garantia para a República”. Criticou os que condenavam a presença de militares no campo político e lembrou da atuação do Exército na Proclamação da República.

Ao tratar do assunto em discussão, preciso dizer que pertenço a uma escola filosófica, que ensina os princípios da moderna ciência social, que proclama a existência de uma lei natural regendo os fenômenos da evolução social, os fenômenos da atividade, lei que determina a passagem necessária do regime teológico-militar para o regime pacífico-industrial. Eu acredito nessa lei do progresso humano que assegura a evolução dos povos policiados levando-os da guerra para a paz, fazendo-nos antever um período em que o direito, ao serviço da diplomacia, resolverá as pendências internacionais, porá termo às dissensões entre povos. Acredito que essa evolução se há de operar; acredito na eficácia dessa lei social; mas acredito também que na época em que vivemos, no período que vamos atravessando, condenar a existência do exército, de forças regulares organizadas, é fugir à realidade, é fechar os olhos à verdade como ela se nos está mostrando; é deixar o terreno da vida prática para colocar-se no mundo das teorias, porque infelizmente ainda não somos chegados ao regime, sob o qual viverá à humanidade em futuros dias, feita



realidade a aspiração pacífica de todos (ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1897, L.3, p.115).

É bastante significativo que o primeiro posicionamento de Sodré no Senado tenha sido para autoafirmar sua ligação e identidade militar. Nele, a formação da caserna era traço distintivo e orientava muitas de suas práticas e pautas. Sodré defendia o protagonismo dos militares na política e, sempre que podia, oferecia aos que lhe ouviam ou liam a memória elogiosa da participação militar na “revolução de 89”. Contudo, essa primeira fala serve também como indicativo de que o ideário positivista era seguido por ele com certas ressalvas. Como o próprio Sodré havia indicado em *Crenças e Opiniões*, não era ele um positivista ortodoxo (1896, p.IX).

Por isso, contrariando os preceitos de sua principal matriz de pensamento, Sodré defendia a existência dos exércitos permanentes. Em sua opinião, eles seriam a garantia da ordem e das instituições diante do período de agitações e lutas pelos quais passava o Brasil. Daí a sua indignação diante das acusações de que o Exército consumia muitos recursos da União. O senador paraense dizia que os críticos desconheciam os “serviços reais do Exército”, assentados na missão patriótica e generosa da classe militar para com a pátria. De modo que, seria papel do estado republicano cuidar da reorganização do Exército, da mesma forma que intencionava cuidar das finanças e do ensino público.

Mesmo votando a favor da matéria, Sodré enfatizou ainda mais claramente sua crítica ao Estado ao se reportar aos episódios de *Canudos*, quando tropas formadas por soldados sem preparo haviam sido reunidas de última hora, sem instrução, treinamento e formação moral para a tarefa. Um Exército votado ao abandono, mas que, apesar disso, dizia o senador, morria “no campo da honra e do dever” enquanto a República se desvanecia diante dos conchavos e interesses particulares que a cisão do *Partido Republicano Federal* ajudara a pulverizar.

As proposições de Lauro Sodré causaram a reação de outro senador paraense. Justo Chermont reclamou que o colega de bancada deveria ter se limitado ao tema da reorganização do Exército e que se equivocara ao falar sobre política partidária, acabando por fazer discurso apaixonado criticando de maneira velada o Presidente da República. A quem a oposição, da qual Sodré fazia parte, fazia questão de desmerecer em favor do general Glicério (ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1897, L.3, p.161).

O embate parlamentar sustentado entre Lauro Sodré e Justo Chermont indica que a carreira senatorial não necessariamente afastava ou isolava seus agentes dos assuntos da política estadual, como afirmara Benjamin Sodré (1956, p.18). Ao contrário disto, reforça o entrelaçamento existente entre os jogos de poder nacionais e estaduais.



Estar ausente do estado não implicava necessariamente ficar alheio às disputas políticas estaduais. De modo que, a tensão entre os senadores paraenses era fruto a um só tempo, da cisão do PRF, evento de proporção nacional, e da reorganização político partidária operada no estado. Assim, o descontentamento de Chermont com Sodré pode ser pensado para além do projeto de fixação de forças de terra então em discussão e como parte do processo de disputa por legitimidade e capacidade de influenciar e dirigir o cenário político paraense.

No início de outubro de 1897 começaram a circular notícias de que o nome de Lauro Sodré estava sendo cotado para integrar a chapa do PRF ao pleito presidencial. A princípio, a expectativa era que ele fosse escolhido candidato à vice-presidência para acompanhar ou Quintino Bocaiúva ou Júlio de Castilhos, cotados como presidenciáveis. No entanto, na convenção do partido, Sodré também recebeu votos para concorrer à presidência. Nos bastidores, comentava-se que Pinheiro Machado apoiava Júlio de Castilhos, enquanto Glicério não identificava no governador do Rio Grande do Sul um nome apropriado por conta de seu radicalismo e tão pouco tinha apreço pela candidatura de Quintino Bocaiúva, manobrando em favor de Sodré. Após dois escrutínios, o nome do paraense foi escolhido para concorrer à presidência da República na eleição de 1898. Para a vice-presidência foi lançado o nome do senador mineiro Fernando Lobo.

A notícia da candidatura de Lauro Sodré à presidência da República causou grande entusiasmo entre seus correligionários no Pará. Em edição de 08 de outubro, a *Folha do Norte* comentou o assunto destacando que a sua redação fora tomada por inúmeras pessoas interessadas em saber mais detalhes da escolha do ex-governador paraense ao posto presidenciável. Manifestações populares foram registradas nas ruas centrais da capital (1897, p.1).

Chegar à presidência da República, segundo Ricardo Borges, foi a maior pretensão da vida pública de Lauro Sodré (1983, p.103). Desde 1894 o seu nome era lembrado nos pleitos⁴. Contudo, a candidatura de 1898 coincidiu com triste acontecimento da vida privada do político paraense, o falecimento de sua filha Dora. Em função do episódio, Lauro Sodré sequer participou da convenção do partido, posto ter se refugiado com a família em Friburgo. Ao saber da resolução do partido em relação às eleições vindouras, escreveu carta a Glicério solicitando que a sua candidatura não fosse levada a cabo. Na missiva divulgada na imprensa dizia aceitar a vice-presidência, caso Quintino Bocaiúva fosse o candidato à presidência pelo partido (JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1897, p.2).

⁴ Os jornais da época indicam que Lauro Sodré, embora não fosse candidato oficial de nenhum partido, recebeu votos em 1894 para o posto de vice-presidente da República. O mesmo ocorrendo em 1902, para a presidência da República.



Enquanto isso, a *Folha do Norte* iniciava verdadeira campanha em favor da candidatura do paraense, insistindo que sua colocação na presidência não seria obra de partido político, mas uma questão de consciência nacional, tornando-se cada vez mais importante na construção de uma imagem pública extremamente elogiosa à figura de Lauro Sodré.

Contudo, mais do que enaltecer, era necessário convencer. Por esta via, considerando que 17 de outubro era a data de aniversário de Lauro Sodré, a *Folha do Norte* lançou mão de extensa programação festiva dedicada ao senador paraense. Começando assim uma tradição que se repetiria por longos anos e ajudaria a manter em destaque o nome de Sodré no estado.

Em contrapartida, o cenário delineado pela imprensa carioca indicava que Lauro Sodré e Fernando Lobo não teriam a menor possibilidade de vencer a eleição, haja vista a articulação governista e a fragilidade das bases eleitorais do PRF nas unidades federativas. Além disto, Júlio de Castilhos, que não aceitara ser preterido por Sodré, recomendou ao *Partido Republicano Rio-Grandense* a não participação no pleito e, conseqüentemente, o não sufrágio de Lauro Sodré, desafiando a liderança de Francisco Glicério e enfraquecendo ainda mais o PRF.

O resultado da eleição foi de fato amplamente favorável a Campos Salles e Rosa e Silva. Tendo em vista os vícios do sistema eleitoral da época era muito improvável que a chapa Sodré-Lobo pudesse sair com a vitória. De qualquer maneira, a participação de Sodré no pleito serviu para reforçar o seu protagonismo no cenário político nacional.

Após as eleições, as discussões anuais sobre a fixação das forças de terra continuaram criando momentos oportunos para que Lauro Sodré reclamasse sobre as condições da vida na caserna e cobrasse melhorias do Poder Executivo para oficiais e praças do Exército. Na esteira desses debates, Sodré evidenciou a noção de representação que fazia de seu mandato. Taxado desde muito cedo de “senador militar”, defendeu-se dizendo que não era representante de sua classe antes de ser representante da União e do seu estado. Defendia-se, mas não negava (ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1899, L.3 p.183). Acontecimentos como a Guerra do Paraguai, Guerra de Canudos e mesmos os conflitos nas fronteiras do norte eram utilizados por ele como recursos de convencimento para sustentar a tese de que o Estado precisava cuidar melhor das forças armadas.

Neste sentido, uma de suas falas mais significativas se deu na sessão de 07 de agosto de 1902, quando o senador paraense fez crítica contundente ao governo.

Primeiro, alegando que a lei de forças era anualmente descumprida por parte do Executivo na medida em que não se empenhava em aumentar os quantitativos militares estabelecidos pelo Legislativo, mesmo com verba aprovada para tanto; segundo, condenando o projeto elaborado pelo Ministro da Guerra de reorganização do Exército. Neste último caso, Sodré dizia se tratar de



uma reforma fantasmagórica. Para exemplificar o seu ponto de vista, o senador se reportou ao Pará, organizado militarmente com três batalhões, um de artilharia (4ºB) e dois de infantaria (15ºB e 36ºB).

Pois bem, tão reduzido é o pessoal desses corpos que as vezes, reunidos todos três, mal podem dar uma guarda de honra. A última que ali vi, em marcha nas ruas de Belém, fazia pena vê-la; ao todo, pouco mais de 100 praças, as quais a falta de exercício vai tirando a segurança e o garbo nas marchas, tendo à frente uns três cornetas e uma banda de música de pouco mais de dez figuras (ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1902, L.2, p.59).

A reorganização militar então proposta previa a concentração das tropas do 1º distrito (Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí) na cidade de Óbidos (PA). Ao que Sodré, indagava: “Concentração, srs. Senadores! Mas concentração de que? De que corpos? Que é que esses resíduos de batalhões vão fazer nesse campo de concentração? Que feitio de instrução S. Ex. vai lograr dar-lhes? Como poderão tê-la?”. O 4º Batalhão de artilharia, segundo ele, possuía de armamento uma bateria Krupp providenciada ainda por Floriano Peixoto. Antes disso usava os antigos canhões La Hitte.

Além disso, havia outro problema na percepção de Sodré. Embora rendesse elogios à cidade do baixo Amazonas, Óbidos seria uma escolha malfeita do ponto de vista da pronta mobilização das tropas. Argumentava que no Pará não havia ponto melhor do que sua capital e seus arredores para o posicionamento dos efetivos militares. Lamentava que a ideia de afastar o Exército da política pudesse resultar em ações tão desastrosas.

Portanto, com este pessoal, com este material, que é que dessa concentração vai resultar? Que espera disso o nobre Ministro da Guerra? Fará esse corpo em Óbidos os exercícios que não pode fazer em Belém? Lucrará com a mudança a instrução militar? Lucrará a disciplina? Como e por quê?

O Sr. Ministro acaba de ordenar o embarque do 4º de artilharia para Óbidos, cidade a cujo clima já fiz lisonjeiras referências, mas que é exposta, como todas do Estado do Pará, aos ardores violentos do sol equatorial, exposta também a invernações que não tem igual, a dias seguidos de grandes aguaceiros.

É em uma cidade assim que o nobre Ministro da Guerra manda que se estabeleçam os corpos do exército; mas onde? Em barracas, Sr. Presidente, porque quartéis não há! Como improvisá-lo? E as tão faladas vilas militares



ficam em projeto (ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro. 1902, L.2, p.64).

Por fim, o senador paraense dizia que era na paz que as guerras se aparelhavam e os exércitos se organizavam. Se não quisesse se tomar a lição da Guerra do Paraguai, bastava, segundo ele, considerar Canudos, que mais uma vez atestou a impossibilidade de meios e modos para se agir com eficácia e prontidão. Em tom profético, Sodré termina seu discurso advertindo que ou se fazia algo a respeito da situação do Exército ou poderia rebentar um cenário de instabilidade.

Na sessão seguinte, Benedito Leite (MA) deu resposta ao discurso de Lauro Sodré e criticou o fato do parlamentar, enquanto militar, não analisar minuciosamente os negócios de guerra, que tendo apontado erros do Ministro da pasta, não apontasse também soluções. O relator do projeto na Comissão de Marinha e Guerra, senador Pires Ferreira (PI), também respondeu a Lauro Sodré em tom de crítica, dizendo que o senador paraense, após tantas censuras ao projeto não havia apresentado nenhuma emenda⁵. Tais ponderações indicam que a fala de Sodré valia mais como protesto e denúncia do que como ação propositiva de criação de leis.

Contudo, nem sempre Lauro Sodré usou a tribuna como espaço de denúncia, tendo apresentado também requerimentos, projetos e emendas que versavam sobre questões militares. Das 33 participações listadas no quadro amostral, pelo menos 13 delas estão diretamente relacionadas à assuntos da caserna. Dessas 13 colocações, 5 foram emitidas no bojo das discussões das forças de terra. Nas demais situações, Lauro Sodré apresentou propostas que passavam sempre pela necessidade de maior investimento na estruturação das forças armadas, tratando também da promoção e inatividade de oficiais, dos direitos do *Club Militar* frente ao estado de sítio e dos regulamentos da Escola Militar.

Atuava, portanto, como legítimo representante dos militares no Senado, sempre atento às possibilidades de garantir recursos e prover melhoramentos à instituição que o formara e, além disso, defendendo o direito de participação dos militares na vida política nacional. Até mesmo em assuntos diversos, como no debate sobre as fronteiras com a Guiana Francesa e a Bolívia, ele conseguia convergir para os interesses da caserna.

Considerações finais

⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro 1902, L.2, p.106.



Durante o primeiro período em que esteve no *Palácio do Congresso*, Lauro Sodré assumiu a identidade de senador militar, defendeu preferencialmente temas ligados ao Exército e soube se conectar a assuntos do momento, como a questão das fronteiras com a Guiana Francesa e com a Bolívia.

Em poucos momentos se reportou diretamente a política paraense. Quando o fez, manifestou crítica contundente a Antonio Lemos e, sobretudo, a Augusto Montenegro. Tratou ainda de pautas cívicas, como a da exposição do 4º centenário do “descobrimento do Brasil” e protestou mais de uma vez contra o estado de sítio. Pensava a sua representatividade senatorial em sentido hierárquico: União, Pará, Exército. Mas, não raro, todos esses elementos se misturavam em seus discursos e práticas e encontravam eco entre extratos civis e militares da sociedade.

A derrota para Campos Salles no pleito presidencial de 1898 e o início da chamada política dos estados ou dos governadores, bem como o domínio *lemista* e os vícios do processo eleitoral republicano, ajudaram a sepultar momentaneamente o lugar de Lauro Sodré na política estadual. Isolado politicamente, os jornais davam como certo que não conseguiria se reeleger pelo Pará. Mas, não previam que conseguiria fazê-lo pelo Distrito Federal.

Em 1902, o número de participações de Lauro Sodré na tribuna do Senado Federal caiu sensivelmente. Este seria o último ano de mandato pelo Pará. O cenário indicava que não conseguiria a reeleição. Mas, a essa altura, suas pautas, discursos e ideários já haviam conquistado parte significativa da sociedade civil e militar não apenas de seu estado, mas igualmente da capital da República.

Referências

BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará**. Belém: UFPA, 1973.

BELLIDO, Remijio de. **Catálogo dos jornais paraenses (1822-1908)**. Pará: Imprensa Oficial, 1908.

BORGES, Ricardo. **O Pará Republicano: 1824-1929**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem/teatro de sombras: a elite política imperial**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



_____. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp.40-48

CASTRO, Celso. **Os militares e a República:** um estudo sobre cultura e ação política. Edição digital. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará (1886-1897).** Belém: Editora Açai, 2016.

FERREIRA, Marieta de M. **A República na velha província:** oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Fundo Ed., 1989

FRANÇA, Maria do P. S. G. S. A. **Raízes históricas do ensino secundário público na província do Grão-Pará:** O Liceu Paraense (1840-1889). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso.** 1º edição digital. São Paulo: Global, 2013.

HEINZ, Flávio Madureira (Org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEMOS, Renato. **Benjamin Constant:** vida e história. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Da monarquia à oligarquia:** história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014.

MEIRA, Octávio. **A Primeira República no Pará:** desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1891. Belém: Falangola, 1981.

MENDONÇA, Albuquerque. **Administração do Dr. Lauro Sodré.** Pará: Typ. do Diário Oficial, 1897.

MORAES, F. T. **José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico:** Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891). Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

PARÁ, Biblioteca Pública do. **Jornais paraoaras:** catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados...** o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2011.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República:** jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897). São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.



ROCQUE, Carlos. **Grande enciclopédia da Amazônia**. V. III. Belém: Amazônia editoria LTDA.

SODRÉ, Benjamin. **Lauro Sodré: vida, caráter e sentimento a serviço de um povo**. Rio de Janeiro: [s/n], 1956.

SODRÉ, Emmanuel. **Lauro Sodré na história da República**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1970.

SODRÉ, Lauro. **Crenças e opiniões**. Belém, Typ. Do Diário Oficial, 1896.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. 2º Edição. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.